

CURSO POPULAR DE FORMAÇÃO DE DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS

Disciplina: Direitos Humanos

Professor: Rafael Alvarez Moreno

Atividade complementar: Correção das questões de direitos humanos do 1º Simulado do Curso FDDP

16/12/2016



9) Analise as seguintes proposições referentes aos Defensores Públicos Interamericanos:

I – O Defensor Público Interamericano é um profissional designado para representar juridicamente as vítimas que não possuam representante jurídico, devendo ser indicado entre membros das Defensorias Públicas dos países cuja instituição seja parte na Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF), conforme termo firmado entre esta e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

II – Houve atuação dos Defensores Públicos Interamericanos nos casos Mohamed vs. Argentina, Furlan e Familiares vs. Argentina, Família Pacheco Tineo vs. Bolívia e Gomes Lund vs. Brasil, entre outros.

III – O Defensor Público Interamericano atua em ambas as etapas do procedimento de tutela dos direitos humanos no sistema interamericano, isto é, tanto na fase obrigatória perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto na etapa eventual perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

IV – Não há previsão do Defensor Público Interamericano no Pacto de San José da Costa Rica, embora sua atuação encontre amparo no Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

V – A figura do Defensor Público Interamericano, prevista expressamente no Pacto de San José da Costa Rica, tem sua atuação atrelada aos casos de hipossuficiência econômica do peticionário.

Tendo em vista tais assertivas, estão **CORRETAS** as seguintes:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) III e V, apenas.
- (E) Nenhuma das anteriores.

I – Correta. Definição corresponde ao instituto.

II – Incorreta. Casos em que houve atuação de Defensores Públicos Interamericanos: Furlan e familiares vs. Argentina, Arguelles e outros vs. Argentina, Mohamed vs. Argentina, Família Pacheco Tineo vs. Bolívia, Canales Huapaya e outros vs. Peru, Ruano Torres e outros vs. El Salvador e Zegarra Marín vs. Peru.

III – Incorreta. O Defensor Público Interamericano atua apenas na etapa eventual perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

IV – Correta. A figura do Defensor Público Interamericano é mencionada apenas no Regulamento da Corte Interamericana (arts. 2º, § 1º e 37), carecendo de previsão na CADH.

V – Incorreta. Além de não haver previsão na CADH, a atuação do Defensor Público Interamericano independe de hipossuficiência econômica.

Gabarito: Alternativa (A)

10) No que se refere às demandas envolvendo o Brasil perante o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) Em todos os casos em que foi demandado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil foi considerado responsável por violações de direitos humanos, jamais tendo sido absolvido.

(B) O Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil, também conhecido como “Caso Guerrilha do Araguaia”, foi integralmente acolhido pelo Brasil, servindo de fundamento para as recentes responsabilizações penais dos autores de crimes de lesa-humanidade cometidos durante o período da ditadura militar brasileira.

(C) O Caso Ximenes Lopes vs. Brasil constitui a primeira condenação sofrida pelo Brasil, versando sobre ao falecimento de um cidadão decorrente de maus tratos sofridos em hospital psiquiátrico da rede privada (Casa de Repouso Guararapes, em Sobral/CE) e a não apuração dos fatos pelo Estado.

(D) Nos casos em que foi acionado perante o sistema interamericano, o Brasil jamais alcançou uma solução amistosa.

(E) Uma das principais consequências do Caso Maria da Penha vs. Brasil, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi a edição da Lei n. 11.340/2006.

(A) – Incorreta. Houve absolvição do Brasil no caso Gilson Nogueira de Carvalho.

(B) – Incorreta. O Brasil não acolheu integralmente o caso, tendo em vista que o STF considerou recepcionada a Lei de Anistia (ADPF 153)

(C) – Correta. A descrição corresponde ao caso.

(D) – Incorreta. O Brasil já alcançou solução amistosa, a exemplo do Caso dos Meninos Emascarados do Maranhão.

(E) – Incorreta, pois o caso foi julgado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. À época dos fatos, o Brasil ainda não havia reconhecida a competência da Corte.

Gabarito: Alternativa (C)

11) Relativamente ao peticionamento perante o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) Constitui etapa obrigatória do procedimento interamericano o processamento da causa perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual somente pode atuar em face de Estados que ratificaram a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

(B) A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui competência para editar medidas provisórias, conforme previsão expressa do Pacto de San José da Costa Rica, ao passo que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos edita medidas cautelares, atribuição esta prevista unicamente em seu próprio regulamento.

(C) São requisitos para apreciação de casos perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (i) o esgotamento dos recursos internos, (ii) a apresentação da petição em um prazo de seis meses, a contar do esgotamento dos recursos e (iii) a não configuração de litispendência ou coisa julgada na esfera internacional, cabendo ao Estado invocá-las, a título de exceção preliminar, na etapa perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sob pena de incidência do princípio do *estoppel*.

(D) Conforme previsão expressa da Lei Complementar Estadual n. 988/2006, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo pode acionar os órgãos que compõem o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.

(E) As vítimas não podem apresentar petições imediatamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos, a qual somente pode ser acionada por Estados-membros do Pacto de San José da Costa Rica e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

(A) – Incorreta. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é órgão da OEA e, por isso, pode atuar em face de todos os membros da Organização, ainda que não tenham ratificado a CADH.

(B) – Correta. Ambas as competências são de atribuição dos órgãos, sendo certo que a competência da Comissão para editar medidas cautelares não encontra previsão na CADH.

(C) – Correta. Todos são requisitos de admissibilidade da petição, devendo ser alegados na etapa inicial perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

(D) – Correta. A atribuição encontra-se prevista no art. 5º, VI, “b”, da LCE n. 988/06, cabendo aos Núcleos Especializados a coordenação do acionamento dos órgãos internacionais (art. 53, VII).

(E) – Correta. As vítimas carecem de competência para acionar a Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos termos do art. 61, § 1º, da CADH. Sem embargo, podem requerer à Corte a concessão de medidas cautelares, desde que o caso já esteja sob sua apreciação (CADH, art. 63, § 2º).

Gabarito: Alternativa (A)

12) “Juntamente com a Revolução Industrial, instaurou-se o Estado Capitalista Liberal. É o Estado do *laissez faire*, da não-intervenção, da liberdade de iniciativa e de contrato. É o Estado *gendarme*, cuja principal missão consistia em garantir a livre atuação das forças do mercado com fundamento na idéia de que, se todos defendessem os seus próprios interesses, o interesse coletivo seria automaticamente defendido. É o Estado, enfim, no qual se privilegiava o Capital em detrimento do Trabalho, na medida em que a liberdade de iniciativa e de contrato para os assalariados, sem a tutela e a fiscalização estatal, significava apenas a liberdade de se colocarem sob o guante dos empregadores” (LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. *Proteção internacional dos direitos humano na ordem interna e internacional*. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 55-56).

Tomando por base o trecho acima, depreende-se do contexto histórico narrado pelo autor que ele dialoga com a seguinte geração/dimensão dos direitos humanos:

- (A) Primeira geração/dimensão de direito humanos.
- (B) Segunda geração/dimensão de direitos humanos.
- (C) Terceira geração/dimensão de direitos humanos.
- (D) Quarta geração/dimensão de direitos humanos.
- (E) Nenhuma das anteriores, tendo em vista que a classificação geracional foi abandonada pela doutrina, em razão das inúmeras críticas que lhe são opostas.

(A) – Correta. O excerto corresponde ao contexto histórico em que se deu a afirmação dos direitos humanos de primeira geração, época em que se buscava a tutela da liberdade por meio da redução do poder estatal; daí a consagração dos direitos civis e políticos, cuja essência é a concessão de uma esfera de autonomia imune à atuação estatal.

(B) – Incorreta.

(C) – Incorreta.

(D) – Incorreta.

(E) – Incorreta.

Gabarito: Alternativa (A)

13) No que tange aos mecanismos de proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) É possível a classificação dos mecanismos em (i) convencionais e (ii) extraconvencionais, constituindo exemplo de mecanismo extraconvencional o Comitê de Direitos Humanos.

(B) A revisão periódica universal é instituto extraconvencional, desenvolvida no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, a partir da Resolução n. 5/1, aprovada em 18/6/2007, tendo como uma de suas principais vantagens o fato de monitorar todos os Estados-membros da ONU e, ao seu final, resulta em determinações vinculantes para o Estado averiguado.

(C) No Brasil, por meio da Lei n. 12.986/2014, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi transformado em Conselho Nacional dos Direitos Humanos, o qual atende todas as características estabelecidas pelos Princípios de Paris para sua configuração como uma Instituição Nacional de Direitos Humanos.

(D) A previsão de que brasileiros natos não serão extraditados (CF, art. 5º, LI) não impede que o Brasil atue em cooperação com o Tribunal Penal Internacional, mediante o instituto da entrega (ou *surrender*), ainda que o pedido recaia sobre brasileiros natos.

(E) O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, órgão previsto pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, possui competência não só para apreciar relatórios encaminhados pelos Estados-parte sobre a situação de tais direitos em seu território, como, ainda, para examinar petições individuais, conforme Protocolo Facultativo ratificado pelo Brasil.

(A) – Incorreta. O Comitê de Direitos Humanos, órgão previsto no Pacto de Direitos Cívicos e Políticos, é órgão convencional.

(B) – Incorreta. A essência da revisão periódica universal é a construção de um diálogo, motivo pelo qual não resulta em determinações vinculantes.

(C) – Incorreta. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos não atende a todas as exigências dos Princípios de Paris, destacando-se o fato de que não é possível assegurar a independência na sua atuação, porquanto nem todos os seus membros possuem mandato fixo.

(D) – Correta. Entrega e extradição são institutos que não se confundem, de modo a norma prevista no art. 5º, LI, da CF, não é óbice a que o Brasil coopere com o TPI, mediante o instituto da entrega, ainda que tenha como destinatário brasileiro nato.

(E) – Incorreta. Tal competência foi atribuída ao Comitê por meio de Protocolo Facultativo ao PIDESC, mas o Brasil ainda não o ratificou.

Gabarito: Alternativa (D)

14) Sobre os tratados que compõem o sistema onusiano de proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) O Brasil ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e, para implementar o Mecanismo Preventivo Nacional, editou a Lei n. 12.847/2013.

(B) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial é expressa na adoção da teoria do impacto desproporcional.

(C) O Brasil já sofreu condenação no âmbito do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, havendo o reconhecimento de que a má prestação de serviços médicos à Senhora Alynne Pimentel, durante o período de gestação, resultou na violação de seus direitos reprodutivos.

(D) A decisão que reconhece a condição de refugiado tem caráter declaratório.

(E) A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência introduz o conceito de “organizações de integração regional”, que são organizações constituídas por Estados-membros, às quais tenham sido delegadas atribuições envolvendo matéria disciplinada pela Convenção e podem exercer o direito de voto em proporção equivalente ao número de Estados-partes que as compõem.

(A) – Correta. O Protocolo Facultativo foi ratificado pelo Brasil e implementado por meio da Lei n. 12.847/2013.

(B) – Incorreta. A referida teoria não foi adotada pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Ela é, por outro lado, adotada pela Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância.

(C) – Correta. O Brasil foi condenado pelo Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher em virtude da violação dos direitos reprodutivos da Senhora Alynne Pimentel.

(D) – Correta. A decisão que reconhece o refúgio possui natureza declaratória (Lei n. 9.474/1997, art. 26).

(E) – Correta. Trata-se de conceito introduzido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (art. 44).

Gabarito: Alternativa (B)

15) Considere a letra de música abaixo:

100% Feminista (part. Karol Conká)
MC Carol

Presenciei tudo isso dentro da minha família
Mulher com olho roxo, espancada todo dia
Eu tinha uns cinco anos, mas já entendia
Que mulher apanha se não fizer comida
Mulher oprimida, sem voz, obediente
Quando eu crescer, eu vou ser diferente

Eu cresci
Prazer, Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista
Eu cresci
Prazer, Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista

Represento Aqualtune, represento Carolina
Represento Dandara e Xica da Silva
Sou mulher, sou negra, meu cabelo é duro
Forte, autoritária e às vezes frágil, eu assumo
Minha fragilidade não diminui minha força
Eu que mando nessa porra, eu não vou lavar a
louça

Sou mulher independente não aceito opressão
Abaixa sua voz, abaixa sua mão

Mais respeito

Sou mulher destemida, minha marra vem do
gueto
Se tavam querendo peso, então toma esse dueto
Desde pequenas aprendemos que silêncio não
soluciona

Que a revolta vem à tona, pois a justiça não
funciona
Me ensinaram que éramos insuficientes
Discordei, pra ser ouvida, o grito tem que ser
potente

Eu cresci
Prazer, Karol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista
Eu cresci
Prazer, Karol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista

Represento Nina, Elza, Dona Celestina
Represento Zeferina, Frida, Dona Brasilina
Tentam nos confundir, distorcem tudo o que eu
sei
Século XXI e ainda querem nos limitar com
novas leis
A falta de informação enfraquece a mente
Tô no mar crescente porque eu faço diferente

Eu cresci
Prazer, Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista [...]

A partir das letras de música acima, é **INCORRETO** afirmar:

(A) "100% feminista" faz referência as diversas formas de violência contra a mulher, dentre as quais, a violência física perpetrada em âmbito doméstico que, no Brasil, tem como principal instrumento de combate normativo a Lei n. 11.340/2006.

(B) Na composição, as funkeiras defendem que a emancipação das mulheres é uma batalha cotidiana de avanços e retrocessos e que, por isso, é preciso confiar nas instituições e repensar as estratégias mais agressivas do movimento feminista, com o propósito de assegurar-lhe legitimidade social.

(C) O feminismo retratado pelas MCs em "100% feminista" pode ser classificado como interseccional, uma vez que reflete "[...] a visão de que as mulheres experimentam a opressão em configurações variadas e em diferentes graus de intensidade. Padrões culturais de opressão não só estão interligados, mas também estão unidos e influenciados pelos sistemas interseccionais da sociedade Exemplos disso incluem: raça, gênero, classe, capacidades físicas/mentais e etnia" (Kimberlé Crenshaw, 1989).

(D) Na composição, as MCs demonstram a relevância do processo de formação no empoderamento das mulheres negras, acreditando que o acesso à informação e a

apresentação de mulheres negras com relevância histórica em diversos campos, dentre eles, o cultural, é de fundamental importância para o despertar crítico.

(E) Na composição, as MCs fazem referência a uma forma específica de violência contra a mulher denominada de *gaslight*, ou seja, “uma forma de abuso psicológico no qual informações são distorcidas, seletivamente omitidas para favorecer o abusador ou simplesmente inventadas com a intenção de fazer a vítima duvidar de sua própria memória, percepção e sanidade”.

(A) – Correta. A letra aborda a temática da violência doméstica contra a mulher.

(B) – Incorreta. A composição não defende a confiança nas instituições oficiais, conforme se depreende do seguinte trecho: “Que a revolta vem à tona, pois a justiça não funciona”.

(C) – Correta. A opressão experimentada pelas compositoras não se refere a apenas ao gênero, mas abrange, ainda, classe e raça (“Sou mulher, sou negra, meu cabelo é duro”; “Sou mulher destemida, minha marra vem do gueto”).

(D) – Correta. É o que se depreende dos seguintes trechos:

“Me ensinaram que éramos insuficientes

Discordei, pra ser ouvida, o grito tem que ser potente”

“Tentam nos confundir, distorcem tudo o que eu sei

Século XXI e ainda querem nos limitar com novas leis

A falta de informação enfraquece a mente

Tô no mar crescente porque eu faço diferente”

(E) – Correta. O *gaslight* traduz, em síntese, a ideia de distorcer as palavras e a memória do oprimido, confundindo-o. Este trecho representa o fenômeno: “Tentam nos confundir, distorcem tudo o que eu sei”

Gabarito: Alternativa (B)

16) “A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discurso de direitos humanos” (Boaventura de Sousa Santos, *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*, p. 42).

É certo que na América Latina não houve leis de eugenia, talvez porque, na época, a fome e a polícia se encarregaram do assunto. Atualmente, continuam morrendo como moscas, de fome ou de doenças curáveis, as crianças indígenas da Guatemala, da Bolívia e do Peru, e são negros 8 de cada 10 meninos assassinados pelos esquadrões da morte nas cidades do Brasil. [...] (Eduardo Galeano, *De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso*, p. 64-65)

Acerca dos paradoxos, ilusões e desafios relativos aos direitos humanos, é **CORRETO** afirmar:

(A) Para Boaventura de Sousa Santos, a concepção hegemônica acerca dos direitos humanos acabou prevalecendo diante das outras gramáticas de dignidade humana em razão de sua superioridade ética e política, tornando-se, hoje, a linguagem universal dos povos.

(B) As concepções críticas acerca dos direitos humanos vislumbram que sua conceituação moderna é um “*ponto de chegada*”, construído a partir da orientação teleológica da história da humanidade que caminha rumo a emancipação de todas as formas de opressão e violência.

(C) O excerto pode ser relacionado com o que se denomina de *efeito encantatório dos direitos humanos*, que consiste em reiterar discursos acerca da essencialidade e supremacia dos direitos humanos enquanto se perpetram e reiteram práticas violatórias, escamoteando realidades de opressão e violência.

(D) Para as correntes críticas, os direitos humanos são universalmente válidos, independentemente do contexto social, político ou cultural em que operam. Nesse sentido, elas partem de uma concepção individual de natureza humana, tendo como parâmetro de violação exclusivo o contido nos tratados e convenções internacionais dos diferentes organismos de tutela dos DH.

(E) O excerto pode ser relacionado com a temática do relativismo cultural, salientando a horizontalidade das diversas culturas e a necessidade do diálogo intercultural entre elas, orientado pelo paradigma da tolerância.

(A) – Incorreta. Boaventura de Sousa Santos reconhece a necessidade de construção de uma concepção contra-hegemônica de direitos humanos. O autor recusa a ideia de “multiculturalismo”, pois este pressupõe a existência de uma cultura dominante que “aceita, tolera ou reconhece” a existência de outras culturas no espaço onde se impõe e, então, defende a interculturalidade, a qual pressupõe a pluralidade cultural equitativa, o reconhecimento recíproco e enriquecimento mútuo entre as várias culturas que partilham determinado espaço de interação.

(B) – Incorreta. As teorias críticas frisam que a concepção moderna de direitos humanos é um ponto de partida: embora seja importante reconhecê-los como garantias positivadas, os direitos humanos não podem ser reduzidos a essa única noção.

(C) – Correta. Os direitos humanos são um bom horizonte de esperança, mas a sua efetividade é impossível em nosso atual contexto – é preciso se desencantar para encantar-se novamente por direitos humanos que estejam concebidos de forma ampla, diversa e concreta.

(D) – Incorreta. As correntes críticas partem da ideia oposta, não adotando uma visão hegemônica, de acordo com a qual Os direitos humanos são *universalmente válidos*, independentemente do contexto social, político ou cultural em que operam e dos diferentes regimes de DH existentes em diferentes regiões do mundo; partem de uma *concepção individual de natureza humana*, e o que conta como violação a direitos humanos é o que é *definido pelas declarações universais, tribunais e ONGs* (sobretudo as situadas no Norte). As teorias críticas, assim, ressaltam a necessidade de construção de uma concepção contra-hegemônica e intercultural dos direitos humanos e, para isso, torna-se necessário reconhecer as tensões operantes dentro da gramática dos direitos humanos.

(E) – Incorreta. Os trechos destacados não se relacionam com a temática do relativismo cultural, mas, sim, com a imposição de uma visão de direitos humanos.

Gabarito: Alternativa (C)